

Secularidades & Confessionalidades na História da Educação

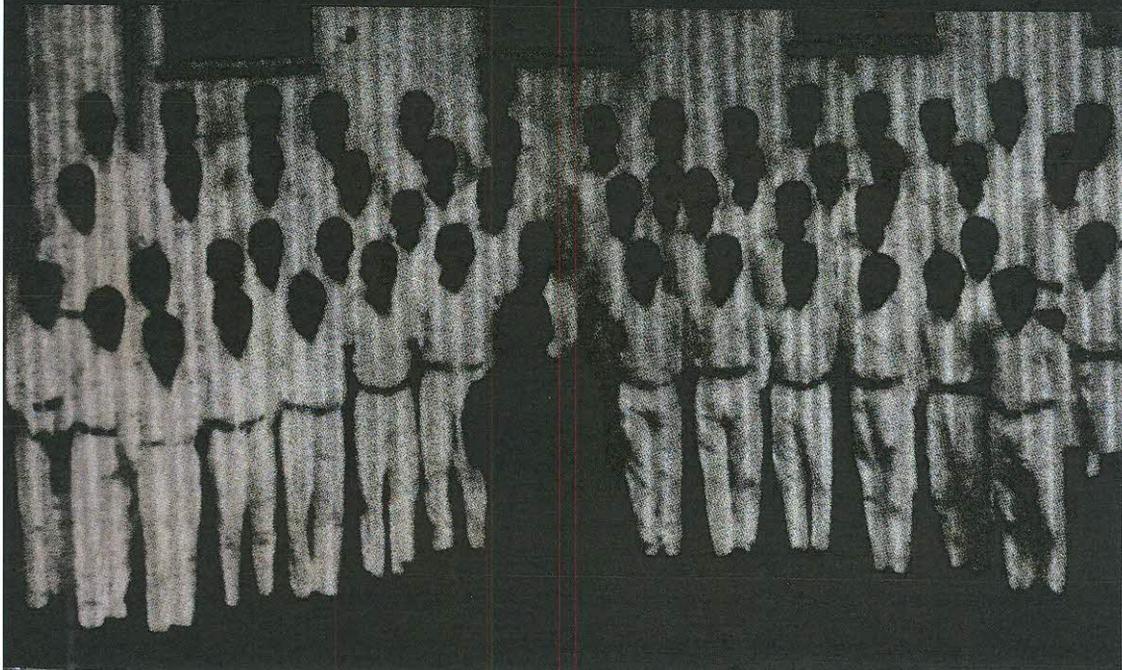
José Jassuipe da Silva Morais

Ramsés Nunes e Silva

Rosângela Chrystina Fontes de Lima

Tatiana de Medeiros Santos

(Organizadores)



©Copyright 2014 by
José Jassuie da Silva Morais
Ramsés Nunes e Silva
Rosângela Chrystina Fontes de Lima
Tatiana de Medeiros Santos
(Organizadores)

Editoração Eletrônica:
Fabiana Gomes

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADO PELO BIBLIOTECÁRIO
MARCOS PAULO FARIAS RODRIGUES CRB nº1601

M827s Secularidades e Confessionalidades na história da
educação contemporânea / Morais, José Jassuie da
Silva; et al (organizador). – João Pessoa: Sal da Terra,
2014.

185 p.

ISBN 978-85-8043-309-8

1. Educação. 2. Fundamentos da Educação I.
Silva, Ramsés Nunes. Lima II. Rosângela Chrystina
Fontes de. III. Santos, Tatiana de Medeiros. IV. Título.

CDU 37.01

Capa: Coral do Colégio Seráfico do Mosteiro em Ipuarana (1940), Lagoa Seca, PB.

Proibida a reprodução parcial ou integral desta publicação,
por qualquer meio, sem a prévia autorização escrita do autor.

Impresso no Brasil

Foi feito o depósito legal

Sal da Terra

Praça Dom Adauto, 49, Centro, João Pessoa – PB 58010 – 670
Telefone/Fax (83) 3031-0330 — E mail: graficasaldaterra@hotmail.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	11
PARTE I - SECULARIDADES DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	15
1. O COLÉGIO SÃO JOSÉ: considerações históricas da educação primária em Campina Grande século XIX – XX	17
<i>Melânia Mendonça Rodrigues</i> <i>Vívia de Melo Silva</i>	
2. GRUPO ESCOLAR DR. THOMAS MINDELLO E AS INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO ENSINO: Núcleo de irradiação da Pedagogia renovada na Parahyba do Norte (1930-1935)	39
<i>Rosângela Chyistina</i>	
3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA DE APRENDIZAGEM CORONEL FREDERICO LUNDGREN – RIO TINTO – PB – BRASIL (1944-1967)	61
<i>José Jassuipe da Silva Morais</i> <i>Antônio Gomes Alves Ferreira</i>	

PARTE II - CONFESSIONALIDADES DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	85
4. AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE NA IMPRENSA INFANTO-JUVENIL PROTESTANTE PORTUGUESA NA TRANSIÇÃO DO SÉC. XIX – UMA LEITURA DO AMIGO DA INFÂNCIA (1874-1940)	87
<i>José António Afonso</i>	
5. UM LENTE CATÓLICO NA TRINCHEIRA CONFESSIONAL: Padre Odilon Alves Pedrosa e as querelas instrucionais em Pernambuco e na Paraíba (1921-1946)	107
<i>Ramsés Nunes e Silva</i>	
6. EDUCAÇÃO NO PROTESTANTISMO DA PARAÍBA: fê, amor, beleza e família (1925-1927)	133
<i>Cleófas Lima Alves de Freitas Júnior</i>	
7. “DO LADO ESQUERDO DO PEITO”: As relações de gênero, por entre cotidianos, festas e memórias na Escola Técnica Redentorista, Campina Grande (1975-1985)	147
<i>Jussara Natália Moreira Bélen</i>	
8. O CURSO NORMAL E O CURSO COMERCIAL NA ESCOLA NOSSA SENHORA DAS NEVES: fragmentos de cultura escolar	165
<i>Tatiana de Medeiros Santos</i>	

**AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE NA IMPRENSA INFANTO-JUVENIL
PROTESTANTE PORTUGUESA NA TRANSIÇÃO DO
SÉC. XIX – UMA LEITURA DO AMIGO DA INFÂNCIA
(1874-1940)**

José António Afonso

I.

A crucialidade de criar práticas de leitura que progressivamente fossem catalisadoras de integração social, configura-se com particular pertinência nas comunidades evangélicas que, desde 1838, exercem uma interessante e intensa dinâmica prosélita que ultrapassando as limitações de uma acção meramente catequética entroncam fortemente em objectivos de alfabetização, escolarização e, com maior amplitude, na disseminação de formas de sociabilidade.

Erigir uma igreja e abrir uma escola tendem a ser uma constante nos movimentos protestantes e evangélicos que medraram em Portugal, apesar da repressão *romanista* e política que pautou o período da Monarquia Constitucional, do laicismo radical que se seguiu à instauração da República em 1910 e, por fim, das posições catolicocêntricas emergentes do golpe de Estado de 1926 que legitimaram uma longa ditadura. Resumidamente podem-se inventariar as seguintes denominações em território continental e insular português: as presbiterianas que desde 1838 iniciaram a sua intervenção na Madeira com base de missão anglo-saxónica; as metodistas que a partir do Porto são uma presença constante desde 1871 devido a missionários ingleses; as darbistas (ou irmãos) que tendo por dinamizadores missionários ingleses e escoceses se sediaram em Lisboa no ano de 1877; as episcopalistas que desde

1839 operam em Lisboa tendo como origem missionários anglo-saxónicos, espanhóis e portugueses e que a partir de 1880 dão origem, também em Lisboa, à Igreja Lusitana que teve na sua génese padres portugueses dissidentes da Igreja Católica e espanhóis velho-católicos, descontentes com o Concílio Vaticano I e simpatizantes do anglicanismo, para além de elementos de outras congregações; as congregacionistas difundidas por missionários escoceses e brasileiros que desde 1880 exercem o seu trabalho a partir de Lisboa; as baptistas que a partir do Porto, desde 1888, devem a sua difusão a missionários ingleses, e as pentecostalistas que começam na região do Algarve, no ano de 1923, pelo esforço de missionários brasileiros e suecos. Num balanço realizado nos anos 30 do século XX pelo pastor protestante Eduardo Moreira (1933) é avançada alguma informação: o número de comungantes rondaria os 3.316 e as comunidades evangélicas teriam 9.948 membros; as escolas dominicais mobilizavam 4.749 crianças e as escolas elementares eram frequentadas por 1.424 crianças. Sabendo das resistências e contrariedades sociais e culturais – entre elas o estrutural analfabetismo – da sociedade portuguesa, procuraram os protestantes instituir e legitimar a leitura, como componente integral do seu projecto social, transformando-a numa *prática ordinária* (R. Darton), tal como se configurara nas nações, ou grupos sociais, de origem protestante.

II.

Um dos meios a que a hemeroteca protestante e o projecto editorial da Livraria Evangélica (*cf.* SILVA & AFONSO, 2008, p. 240-1) recorreu – porque com subtilidade percepcionou que as crianças eram, por maioria de razão, em Portugal, o ponto nevrálgico de distinção, já que através delas a cultura letrada, enquanto forma acabada de

cultura, poderia configurar o fim do iletrismo e a emergência de uma literacia, classificando, por um lado, as crianças como não estigmatizadas, e, por outro lado, classificante dos seus utilizadores – foi a criação de um jornal infanto-juvenil (de tendência inter-confessional) o *Amigo da Verdade e da Infância*, que começou a ser editado a partir de 1874 e sem qualquer interrupção abruptamente encerrou a sua publicação em 1940. Em 1932 (MOREIRA, 1933, p. 37) a tiragem era de cerca de 6.000 exemplares mês (note-se que em 1915 a tiragem acumulada rondava os 44.600 exemplares) e sublinhe-se que dos jornais infantis, que surgiram entre os anos 30 e 90 do século XIX já não existia nenhum, em termos médios tiveram uma vida de 1,5 anos – oscilando entre um máximo de 9 anos e um mínimo que foi o número único (cf. BASTOS, 1997; MARQUES JUNIOR, 1925-27). A redacção desses jornais estava centralizada, na quase totalidade, em Lisboa. O *Amigo da Infância* tinha administração em Lisboa e a sua redacção era no Porto, sendo a partir de 1907 dirigido (até ao seu encerramento) por uma das figuras cimeiras do protestantismo português: o metodista Alfredo Henrique da Silva. O ano de 1890 marca uma viragem editorial no *Amigo da Infância*: a indelével presença no corpo redactorial de protestantes portugueses indiciando uma constante colaboração com uma marca nacional, resultante da vivência e da experiência de participação nas comunidades de base, este facto é assinalado com expressividade nos seguintes termos, por J. S. Canuto, em 1896:

Durante todo este tempo [desde 1890] havemo-nos esforçado, com a ajuda de Deus, por proporcionar aos nossos leitores, uma leitura agradável e instrutiva, evitando o emprego de uma linguagem elevada, mas proporcionando sempre pormo-nos ao abrigo das leis que regem o nosso idioma tão belo e tão difícil de manejar. E o fim principal dos nossos

trabalhos, havemo-lo conseguido? Os meninos que nos lêem ter-se-ão aproximado mais de Jesus Cristo por nossa intervenção? (*A. I.*, v. 22, 1896, p. 2).

O *Amigo da Infância* nos dois primeiros anos de publicação estruturava-se entre textos informativos, que ocupavam cerca de 25,8% da paginação; relatos sobre figuras históricas (9,3%); religião (34,0%); fábulas (2,0%) e histórias / estórias (28,9%) – e relativamente a outros jornais infanto-juvenis coevos (como o *Recreio Infantil*, o *Jornal das Crenças*, o *Jornal da Infância*, a *Revista Branca* e ao *Mundo em Casa*) apresentava-se relativamente equilibrado na sua composição, atendendo à sua matriz evangélica (BASTOS, 1997, p. 67-78) – privilegiando uma transmissão de conteúdos em forma escrita (prosa e verso) que ocupava 78,8% do total das páginas – com 59,0% para a prosa e 19,8% para o verso –, seguindo-se a gravura (e a fotografia) com 20,4% de mancha gráfica e as notações musicais com 0,8% (que podemos constatar através da análise aos volumes de 1905, 1907, 1917, 1918 e 1924).

Na redacção da revista colaboravam regularmente 87 pessoas (37 mulheres e 47 homens), quase exclusivamente ligadas às diversas denominações, sendo os seus escritos a tradução das suas experiências quotidianas enquadradas numa *doxa* tipificada pela técnica de escrita de forte influência anglo-saxónica já usada com sucesso na literatura infanto-juvenil: glosa de assuntos bíblicos através de pequenos textos (fábulas, alegorias, metáforas), de pequenos contos ou, então, estórias do quotidiano (quase exemplos microscópicos) profundamente moralistas, mas também informacionais, e com conclusão universalizante, sendo que as estórias indicavam uma moral preventiva enquanto que as fábulas indicavam um sentido prático. Uma outra colaboração na revista era a designada colaboração por *transcrição*, de que foram recenseadas 75 personalidades, que iam desde Vitor Hugo ou Tolstoi

até Camões ou Eça de Queirós, passando por Olavo Bilac e outros nomes de escritores brasileiros. Na estratégia de inserção do *Amigo da Infância*, na sociedade portuguesa (e brasileira) o recurso a estes “colaboradores” revela-se pertinente enquanto traço de ligação a sectores de vanguarda (refira-se o conjunto significativo de incorporação de pequenos textos de grandes pedagogos portugueses, como João de Deus ou Agostinho de Campos, entre outros) mas, também, a marca de uma inegável universalidade, em simultâneo com um cunho nacional, de que a literatura é um incontornável expoente, que surgem assim como contraponto de uma provável deriva (ou pendor) porventura mais proselitista que na revista se manifestasse.

Um ponto forte no jornal é o recurso à imagem / ilustração (e, entrados no século XX, a fotografia) que através da sua narratividade tenta criar um realismo que sugestivamente funcionava como atracção para se explorarem outros conteúdos com outras linguagens. Neste aspecto a influência anglo-saxónica também é significativa já que a reprodução das gravuras se fazia com base num *Mostruário de Gravuras da Religious Tract Society*, de 298 fólios com 740 gravuras (editado em Portugal pela Tipografia da Rua das Janelas Verdes, em meados de 1800), e que foi opção dos editores até pelo menos 1910, apesar de para as datas posteriores ainda se privilegiar a inserção de gravuras estrangeiras mas já com outro traço mais moderno, exclusivamente anglo-saxónicas (confirmada pelo nome do autor), mas notando-se a emergência de nomes portugueses, como, por exemplo, Roque Gameiro. O peso da ilustração no *Amigo da Infância* pode encontrar uma explicação na prevista estratégia de fomentar a leitura e a escrita, porque até à primeira década do século XX, a ilustração de capa, assim como algumas no interior, tinham sempre acopladas um texto explicativo – aliás, durante bastantes anos fomentou-se a prática de apelar aos “leitorzinhos”

para participarem num concurso: no início do ano era publicada uma gravura e pedia-se que a descrevessem. O melhor texto era publicado no último número do ano. Se a autonomia da imagem ganhava expressividade tal, contudo, não se abandonava a uma espontânea leitura; o controlo era dado pelo texto, que divertindo instruía e educava:

Bem hajam!
 Carocha e Juca
 Não cançam de ver
 o *Amigo* que educa
 e faz entreter!
 Bem hajam! (*A. I.*, v. 29, 1913, p. 51).

O *Amigo da Infância* manteve, durante a sua existência, uma quase irreprensível periodicidade mensal – que contrastava com a irregularidade, que se aliava à precariedade, mesmo finitude, dos restantes jornais infanto-juvenis – aliada a uma circulação que ultrapassava o meio evangélico.

Conjugando texto e imagem com uma clareza na definição do destinatário: a criança – ou, na sugestiva expressão de Iréne Pennacchioni (1982, p. 43, 48), o “pequeno povo à parte” – o *Amigo da Infância* desenvolveu uma estrutura (não sem dilemas e tensões), em que explicar, convencer e prescrever seriam a matriz de um novo *ethos*, replicando a concepção do *spellingbook*, com a finalidade de introduzindo a criança na escrita a transformasse num leitor. Conciliando o Saber e a Moral, doseando o instruir com o educar e mantendo uma equilibrada formação religiosa com a transmissão de conhecimento, procurou o periódico legitimar uma concepção autorizada da leitura enquanto prática cultural ancorada na concepção do *bom aluno* e no estigma do *não saber ler*, que numa

polissemia interessante era declinado por inúmeras formas antinômicas, em que a criança era a primeira em tudo por antonomásia.

O leitor – meninos ou os “bons mensageiros de Deus”, como eram designados em 1866; os rapazes e raparigas em “idade escolar”, como surgiam em 1888 e 1897; a simples criança de 1896; os meninos e as meninas de 1899; o novo (com alguma frequência designado de jovem operário) de 1900; os pequenos leitores, assim designados em 1912; os rapazinhos (a estudar e que frequentam o colégio), de 1917 e 1918; as crianças em 1927 e, em 1937, o aluno, constituíam os destinatários que, nos limites das narrativas que perpassam pelo *Amigo*, se situariam entre os 6 / 7 anos e os 12 – era representado como alguém que conseguia discernir o mundo real do mundo representado, promovendo o jornal disposições que estimulassem a apreensão do circundante e fomentassem resistências à evasão; escrevia-se em 1886: “ocupar bem o tempo para não cair no pecado da ociosidade”, significando tal asserção que os leitores do *Amigo* eram os meninos bons (1899), ou seja aqueles cujas “graças naturais” iriam ser desvendadas anulando-se os perigos dos vícios e das tentações, como se infere de um conto de J. P. da Conceição, “A feia menina” (*A. I.*, v. 13, 1887, p. 6-7), que assumiria duas glosas paradigmáticas, uma em 1899, pela pena de Domingos José Pereira, “Preguiça e Deligência” (*A. I.*, v. 25, 1899, p. 10) – em que se colocavam em paralelo as trajetórias resultantes da assunção do trabalho (riqueza, bem-estar e virtuosismo) ou da opção pela preguiça (indolência, inutilidade, crime, vícios / mal, depressão / deslustramento e degradação) – e o outro em 1904, “Os dois caminhos... Quadros da Vida” (*A. I.*, v. 30, 1904, p. 49-53), que com o seguinte mote: “para formar homens não basta instruir, é necessário também educar” reproduz a dicotomia: infância na vadiagem / infância que frequenta a Escola Dominical. Naturalmente

à primeira estaria destinada uma vida lastimosa: mocidade no vício, virilidade na taberna e velhice vergonhosa, enquanto que a segunda procurava uma mocidade no trabalho, uma virilidade e uma velhice na família.

Esta estratégia de inserção balança em diferentes registos: as notícias sobre os grandes empreendimentos e descobertas da Humanidade; os registos de curiosidades e descrições etnográficas de Portugal e de outros Países e Continentes, com apelos às festas das colheitas e das flores – e da árvore – enquanto momentos em que as crianças participam em rituais de redistribuição da riqueza, bem assim como a disseminação de práticas de amor e solidariedade para com os outros, quer sejam os pobres, os deficientes ou os animais, organizando visitas a hospitais ou bazares para distribuir o produto das vendas pelas crianças pobres, tal é a mensagem explícita em, por exemplo, “Trabalhando para os pobres”, de J. S. Canuto (*A. I.*, v. 15, 1889, p. 74), “Uma boa ideia” (*A. I.*, v. 22, 1896, p. 50) e “A Festa das Colheitas”, de Alfredo Henrique da Silva (*A. I.*, v. 23, 1897, p. 66). Conhecendo-se aquilo que nos rodeia, obviamente, também, terá que ser fomentada a intuição dos lugares sociais e de género (reiterada por constantes referências aos jogos para rapazes e aos jogos para raparigas, provavelmente assumindo o carácter de metáfora para outros patamares à escala da sociedade) que se ocupam, começando obviamente tal inculcação pelo lar – “dar ao lar a paz e gozo”, como se asseverava algures em 1899 – com uma ilustrativa referência na estória escrita por J. S. Canuto, “Todos querem ajudar a mãe” (*A. I.*, v. 23, 1897, p. 42-43): “Há crianças que só pensam em brincar, e que não se importam que os pais estejam sobrecarregados de trabalho. Isto, meus meninos, é muito feio, e Deus não aprova. Os brinquedos são próprios da infância, mas as crianças, à medida que vão crescendo devem habituar-se e fazer certos serviços compatíveis com as suas forças”, ou numa outra de

Maria Luisa Bruand, “O trabalho do menino é pouco, mas quem o perde é louco” (*A. I.*, v. 52, 1926, p. 71), que encontram uma expressão máxima na legenda de uma fotografia, num número de 1939: “Num lar assim, em que *cada um* cumpre o seu dever, certamente devem reinar a paz, a harmonia e o amor”. Porventura estas alegorias morais tendem a difundir a ideia de uma sociedade salvadora, que, num primeiro nível, se poderá declinar como criação de ambientes ricos em afectividade e favoráveis às aprendizagens sociais, revendo-se, então, o contraste entre o lar – e por extensão a escola – e o mundo exterior.

O *Amigo da Infância* como difusor e veículo do processo de inserção estrutura-se com sentido pedagógico (*cf.* AFONSO, 2002, para a importância do *Amigo da Infância* nas práticas pedagógicas nas escolas elementares) ora para promover o conhecimento da pessoa, ora para se ir encontrando o intangível, e neste aspecto é interessante notar a constante tradução em contos de trechos fundamentais da Bíblia como, a partir de 1912, a criação de uma secção em que se pretendia descodificar a Bíblia, utilizando como recurso retórico a vida dos animais (mamíferos, aves e répteis), que pode ser paradigmática de um tipo de narratividade (e obviamente de leitura) enquanto estratégia de valorização da verdade: abrandando a intensidade teológica cria-se um realismo antinómico do projecto ficcional com o concomitante apagar dos animais falantes. Esta dimensão cruza-se indelevelmente com a vulgarização dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos enquadráveis num registo dos usos socialmente distintos e que pertencem ao quotidiano de cada um, e que se englobam nas inúmeras situações que se repetem sem pensar, mas que têm uma explicação racional, como sejam a electricidade, a inércia ou a simples higiene diária.

Neste aspecto parece-nos que o destinatário seria um escolar: “O Juca era atento às lições da escola e gostava de observar tudo

aquilo que os professores indicavam. (...) Devemos estudar muito para termos mais e mais o prazer de desvendar as maravilhas da natureza” – assim se iniciava e concluía “As Estrelas do Meio Dia” (*A. I.*, v. 37, 1912, p. 9-10). É evidente que desde o início o *Amigo* procurou como destinatário leitores alfabetizados como estratégia de dissuadir a fuga à escola (entendida também como estrutura que prepara o indivíduo para a vida) através do tom negativo com que eram apodados os refractários – “rebeldes ao estudo” (1888) e “rapazes dotados de mau coração” (1889), entre outros – e as virtudes cultivadas naqueles que a frequentavam – serem capazes de exteriorizar “a simpatia cristã”, distribuindo ramos de flores, a um domingo, pelos doentes dos hospitais (1889), ou, como já foi referido, ajudar os pobres (1889, 1896, 1897), não ser mau para os animais (1886), e resistirem às tentações (1887) – como ainda os apelos para que frequentassem a escola pela intrínseca vontade de aprender que deveria ultrapassar as desigualdades sociais – “Um rapazinho muito pobre foi certo dia ter com o mestre de uma escola popular, pedindo-lhe que lhe ensinasse a ler...” (1886); “(...) e tão amiga de aprender, que em breve lia correctamente” (1890); “Há dias deram-lhe um livrinho que ele lê às escondidas...” (1896); “Naquele corpinho havia frio e fome...” (1899); “Josefina não tinha mais que 10 anos quando a mandaram para a escola evangélica” (1912) ou “o pobre rapazinho” (1927).

Note-se que a defesa da escola, sublinhada por ambiências de espaços escolares – sala de aula (1893, 1897) ou espaços exteriores (1894) – se faz num duplo registo, traduzido no seguinte parágrafo de Alfredo Henrique da Silva:

Alberto frequentava a escola evangélica da terra. O Sr. professor, um verdadeiro cristão, ao mesmo tempo que se esforçava por ensinar aos alunos tudo que um homem precisa saber para poder ganhar a

vida, tinha por costume, todas as manhãs, dedicar alguns momentos à leitura de um trecho do Evangelho, explicando-o sempre de forma a inspirar os seus discípulos nos sublimes preceitos da religião de Jesus “A Festa das Colheitas” (*A. I.*, v. 23, 1897, p. 66).

Neste contexto, as narrativas foram privilegiando glosas sucessivas quer da Bíblia como “tesouro dos jovens” (1893) quer da Escola como espaço de “perfeição” (1899), de “fonte de luz e saber” (1916) ou de “regeneração” (1926). Tal poderá denotar que o carácter, declinado como um conjunto de atributos morais (dever, força de vontade, honestidade, trabalho, comportamento respeitável e económico) poderia ser esculpido na escola, na continuação de um trabalho iniciado no lar, já que num bom lar se criava um bom filho que, por definição, seria um bom aluno: “sossegado e atento” (1918). O realismo puritano patente na escrita do *Amigo da Infância* é tendencialmente não confessional e marcado por um calvinismo, expresso na defesa da auto-educação e do auto-controlo (o *Amigo da Infância* replica a matriz da literatura evangélica que circulava em Portugal, (cf. SILVA & AFONSO, 2008) que vislumbra a possibilidade de uma democracia social, nomeadamente pela denúncia de um conjunto de situações que se erigiram em causas, destacando-se o abolicionismo, os direitos humanos, os direitos dos animais, a temperança, a continência, mas também a descrição e descoberta de uma infância numa sociedade que se transforma e que não tem qualquer pudor em cilindrar as crianças, são neste aspecto recorrentes as referências aos órfãos, às crianças abandonadas, às circunstâncias e sequelas da Grande Guerra, como ainda, ao trabalho infantil e à pobreza, provavelmente sem a intensidade de outros registos (como, por exemplo, a força da fotografia do reformador social Jacob Riis; ou os escritos de um Charles Dickens), mas, dentro dum quadro

conformista, evidenciando um cristianismo activo muito resolutivo na questão da salvação individual e apostado no trabalho missionário, como via de reformar a sociedade justifica-se que a preocupação pelos “pobres da graça de Deus” (1927) fosse paulatinamente ganhando espaço aos pobres sociológicos – “criaturas pálidas, andrajosas, sucumbidas pela dor, quantas não dormem pelos portais ou debaixo de alguma arcada por não terem casa?” – realidade esta lembrada pelo Tio Abel [Alfredo Henrique da Silva] no texto “Necessitados” (*A. I.*, v. 65, 1939, p. 11).

Os “pequenos leitores”, de 1912, tinham entre mãos um objecto de culto – atribuído frequentemente como prémio aos alunos das escolas elementares – porque, por um lado, identifica boas e más leituras, e, por outro lado, definia explicitamente (apesar de por vezes não nomear) a leitura útil e sem qualquer frivolidade. Esta transformação sibilina do *Amigo da Infância* origina que a criança destinatária comece a ser o aluno das Escolas Dominicais.

III.

O *Amigo da Infância* face aos dilemas morais respondeu com a montagem de dispositivos retóricos estruturados em lições morais e códigos de comportamento extremamente tipificados – contos didácticos e ingénuos, marcados por uma tonalidade oral, com um certo laivo de fantástico, mas dirigidos a gente comum pela exegese dos lugares e experiências comuns, ou seja retratando a sociedade aproximam-se do leitor comum pela rectidão moral e ética explícita nas conclusões – com o objectivo de institucionalizar o leitor, não só o interno ao jornal (como sejam as crianças que frequentam as Escolas Dominicais) como todos os que se revêem na íntima relação do periódico com as práticas escolares que necessariamente teriam reflexos em todas as situações que implicassem aprendizagem e inter-relação com a comunidade, de forma que o controlo fosse

assumido individualmente enquanto *exemplo* com nítidas implicações práticas.

Esta ética encontra na leitura uma significativa expressão salvífica, ora pelo recurso às comparações com os “escritores famosos” e à exemplaridade das biografias dos protestantes que frequentemente surgiam nas páginas do *Amigo*; ora pela persistente referência a valores perenes (solidariedade, fraternidade, amizade, bondade, honradez e amor – declinado como paternal, maternal e filial) e às virtualidades do trabalho – como antítese da teimosia, desobediência, negligência, preguiça e inveja; ora pela promoção da harmonia, que frequentemente induz esquemas de percepção dualista, que conflui para o reforço das práticas que “dissipam o espírito das trevas e da ignorância” – podendo ser ilustrativa a transformação, a partir de 1917, do volume de Dezembro em número temático sobre o Natal.

Desde 1874 até ao volume de 1910 a tónica axiológica era bastante intensa reflectindo-se na denúncia do alcoolismo, da escravatura, das crianças órfãs e abandonadas, dos vícios, e na promoção dos conhecimentos científico e etnográfico, como veiculando mensagens: culto familiar, apologia das Missões, Natal, Mãe, religião como factor individual, leitura da Bíblia, pregação do Evangelho e temperança.

Nestes números era ainda nítida a chamada de atenção para os “infelizes” (cegos, surdos e com deformidades físicas) e para as “profissões ignóbeis”. Pontificavam contos com preocupações sociais e o universo dos pescadores, marinheiros, ferradores, oleiros, pastores, camponeses, operários e pequenos comerciantes serve de enquadramento a inúmeras narrativas, como as que foram publicadas em folhetins nas páginas da revista, e que já tinham sido editadas pela Livraria Evangélica, como: *Jéssica*, *O Banqueiro Feliz*, *O Botão de Telma* e algumas outras. No âmbito iconográfico predominam as

gravuras com ambientes rurais (conotados algumas vezes como locais de férias) com cenas de trabalho, onde a figura feminina se destaca, ou de lazer onde se representam famílias de pequenos ou médios rendeiros; os ambientes urbanos surgem com relativa frequência representando zonas deprimidas tendo como figuras centrais rapazes – os jardins aparecem como espaços neutros, uma espécie de fronteira entre as zonas nobres e as zonas segregadas da urbe –, as raparigas quando retratadas têm como fundo uma rua e estão associadas a uma actividade (vendedora de flores, tocadora de música, a harpista) ou então são órfãs perdidas. As famílias estão idealizadas num cenário rural, mas esta cena também serve para representações de mães com filhos em situação de penúria. Normalmente quando se representam meninos a brincar é ao ar livre, ou em ambientes interiores, que denotam distinção e pertença à aristocracia rural ou à burguesia urbana; são crianças idealizadas numa ambiência de felicidade. São recorrentes as gravuras que fazem a apologia da leitura e da escrita, onde surge a rapariga como figura central: “Uma menina pobre, mas crente” (*A. I.*, v. 10, 1884, p. 65) ou “Verdades velhas pronunciadas por lábios novos” (*A. I.*, v. 22, 1896, p. 9). Nos inícios do séc. XX, em paralelo com o uso da fotografia – de monumentos, grupos de escolares ou de colectivos com significado para o movimento protestante, como, por exemplo, os elementos directivos da Sociedade Protectora dos Animais (*A. I.*, v. 30, 1904, p. 65) –, nas gravuras rurais começa a surgir a figura do rapaz como, também, aparecem ambientes de lares pobres, denotando que a cidade pode ser um espaço de desregulação simbólica.

A questão urbana coincide com uma maior ênfase narrativa em torno das ambiências operárias como ainda na defesa da Escola Dominical (e uma certa marginalização da escola elementar) e na publicitação de novas sociabilidades (escoteiros, Ligas de Bondade, ...).

De 1910 até aos anos 40, a dimensão axiológica esmorece, apesar do fundo puritano. Os problemas sociais, já antes detectados, continuam a ser objecto de crítica, acrescentando-se neste período a questão da paz, derivada do conflito bélico, que deixou um lastro de sofrimento (órfãos e mártires). No âmbito das narrativas emerge a *novela para crianças* como, por exemplo, *A Boneca de Maria da Graça*, de Luis Botelho, em 1915 – e continua a reprodução, em folhetins, de títulos da Livraria Evangélica (entre outros *O Ferreiro Algarvio*).

As fotografias representam cenas africanas, cidades (Nova York), igrejas (Tabernáculo Baptista do Porto), grupos de alunos das Escolas Dominicais, de Portugal e do Brasil, de alunos modelo (ou “heróis”) das escolas elementares, de escoteiros e adueiros. As gravuras evidenciam uma prevalência de jovens em espaço rural; a família surge representada sem fundo e quando existe revela um ambiente burguês. Emerge, neste período, a criança urbana (bem vestida e com brinquedos) e o campo tende a ser representado como espaço de férias, assim como a praia, dessas crianças urbanas e oriundas da burguesia. A criança pobre é associada ao vício e à depravação em simultâneo com o surgimento de narrativas que legitimam a divisão social do trabalho.

Começam a ser constantes os textos divulgadores do trabalho das Ligas Cristãs, das Ligas Anti-alcoólicas portuguesas, da Cruz Vermelha, do Exército de Salvação, dos Escoteiros, Triângulo Vermelho, Ligas de Bondade e Sociedade Protectora dos Animais, ou iniciativas similares, como a Sociedade Protectora dos Animais e das Árvores, dinamizada pelas Escolas Liberais de Lisboa, no ano de 1913. Neste período surgem textos de forte pendor pedagógico sobre as dinâmicas educativas das Escolas Dominicais. Ainda no âmbito iconográfico são de referir as gravuras e fotografias de crianças a ler.

Nas duas últimas décadas de vida do *Amigo da Infância* a apologia da escrita começa a surgir (“Se eu soubesse escrever... Diálogo para duas meninas, Helena de 7 anos e Guiomar, de 15”, *A. I.*, v. 54, 1928, p. 76). Nas gravuras (como também nas narrativas) os ambientes com maior carga romântica – ou nostalgia – são os rurais onde a idealização da criança atinge quase o sublime; nos ambientes urbanos tendem a ser valorizados os contextos burgueses, nomeadamente pelo uso de representações de interiores (espaço doméstico) como sinónimo de felicidade de famílias exemplares. Os pobres vão desaparecendo de cena. Surge pletórica a criança urbana feliz, com signos de distinção e escolarizada. Cada vez mais raros surgem textos que alertam para o mundo exterior; o mundo da injustiça e da desigualdade, e que lembram (ainda que quase em sufoco) que as comunidades protestantes não se podem ensimesmar, como vinha sendo notório desde os anos 20 do século XX (cf. AFONSO & SILVA, 2008a), para as mudanças de conteúdo do *Amigo da Infância* em relação com a dinâmica dos movimentos protestantes e evangélicos portugueses, particularmente no que se refere à perda de vitalidade da escola elementar e do protagonismo crescente das Escolas Dominicais).

Neste contexto o *Amigo da Infância* define com relativa nitidez uma criança leitora bem posicionada social, económica e simbolicamente, para quem a leitura seria já uma banalidade quotidiana, contudo, através de um conjunto diversificado de sinais, vai propondo exemplos em que a emancipação das crianças oriundas dos meios populares se pode fazer pela leitura, enquanto possibilidade com múltiplas ressonâncias, porque toca a reconversão do leitor em escolar e deste em putativo corrector familiar e societal, ou seja, o que inegavelmente é uma virtualidade do bom leitor estrutura-se pela sua capacidade de cognitivamente modelar os desvios familiares e sociais, erigindo comportamentos irrepreensíveis. Assim, os dois vectores estruturantes de o *Amigo*

da Infância seriam a representação da criança da burguesia como sendo a portadora de um conjunto de disposições distintas, cujo adjectivo bom matricia a inserção na comunidade, e a representação genérica das classes populares – e, de forma particular os operários – que balanceava em torno de dois pólos: os honrados e trabalhadores vs. os ociosos e preguiçosos. Contudo, para ambos, a leitura (com sinais diferentes) seria a via de integração: para uns, a leitura reforçaria a reiteração consciente da sua já “natural” predisposição; para os outros, a leitura – protagonizada pela criança – seria o modo de contrariar os estados “pré-cívicos”. Como método de consolidar a prática da leitura, a escola (declinada no primeiro momento da revista como escola elementar e no segundo momento como escola dominical) emerge para qualquer criança como fim incontornável: não fazendo sentido perpetuar as desigualdades de classe, a leitura transforma-se, então, no dispositivo de redenção ética e cívica porque reduzindo as dicotomias sociais legitima o igualitarismo e o ecumenismo.

IV.

Um último comentário:

O *Amigo da Infância* propôs-se proclamar as virtudes do protestantismo (individualismo, espírito empreendedor, fé na Providência e em si mesmo) num clima moralista de pendor cristão fortemente influenciado pelo calvinismo.

O *Amigo da Infância* propôs-se outorgar uma nova dignidade à *criança comum*, através de uma natureza investida de vida, com um discurso depurado, com uma atitude anti-erudita e extremamente didáctica e secular, com “espaços vocabulares de contenção”, equilíbrio de valores e direccionado para leitores “sem estatuto intelectual e literário” através da valorização da experiência e vivência simples do quotidiano.

Fontes

Amigo da Infância, de 1874 a 1880 chama-se *O Amigo da Infancia*; de 1881 a 1897 intitula-se quer *O Amigo da Infancia*, quer *O Amigo da Verdade e o Amigo da Infancia* (ou mesmo, *O Amigo da Infância e o Amigo da Verdade*); e a partir de 1898 opta pela designação *O Amigo da Infancia*, com os subtítulos *Ilustração mensal dedicada às crianças – Publicação instrutiva e evangélica* (1898-1927), *Mensário evangélico ilustrado para crianças – Dedicado às Escolas Dominicais de Portugal e Brasil* (1930-1940). A partir de 1936 assume-se também como *Órgão da Federação Portuguesa das Escolas Dominicais*, Lisboa/Porto, nº 1 (1874) a nº 12 (1939).

Referências

AFONSO, José António (2002). “Unapproccioal protestantismo in Portogallo. Il progetto pedagogico dell’ *Amigo da Infância*”, *Bolletino CIRSE – Centro Italiano per la Ricerca Storico-Educativa*, 39, p. 24-30.

AFONSO, José António & SILVA, António Manuel (2008). “Momentos da imprensa infanto-juvenil protestante em Portugal: o *Amigo da Infância* (1873-1940) e o *Raio de Sol* (1925-1951) – Aproximações às dinâmicas e ciclos do movimento evangélico”, in: CASTILLO GÓMEZ & SIERRA BLAS (2008), p. 95-122.

ALTICK, R. (1998). *The English Common Reader. A Social History of the Mass Reading Public, 1800-1900*. Ohio: Ohio State University Press.

BASTOS, G. (2005). “Práticas Sociais: Imagens na Literatura para Crianças”, in: FERNANDES & VIDIGAL (2005), p. 257-265.

BASTOS, G. (1997). *A escrita para crianças em Portugal no século XIX*. Lisboa: Caminho.

BOERO, Pino & GENOVESI, Giovanni (2009). *Cuore. De Amicistra critica e utopia*. Milano: Franco Angeli.

CASTILLOGÓMEZ, António, dir., & SIERRABLAS, Verónica, ed. (2008). *Mis primeros pasos. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escuela (siglos XIX e XX)*. Gijón: EdicionesTrea.

COLE, Thomas R. (1997). *The Journey of Life. A Cultural History of Aging in America*. (1ª ed.: 1992). Cambridge: Cambridge University Press.

CREVEL, René (2005). *As Irmãs Brontë. Filhas do Vento*. Lisboa: Assírio & Alvim.

FERNANDES, Rogério & VIDIGAL, Luís, coords. (2005). *Infantia et Pueritia. Introdução à História da Infância em Portugal*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém.

GARCIA, Campos Kleber (2001). *O ateneu de Charles Dickens: sociedade e educação em duas obras literárias do século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de S. Francisco.

HUGUET, Françoise & HAVELANGE, Isabelle (1997). *Les Livres pour l'Enfance et la Jeunesse de Gutenberg à Guizot. Les Collections de la Bibliothèque de l'Institut National de Recherche Pédagogique*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique / Éditions Klincksieck.

JORGE, Vítor Oliveira & MACEDO, José M. Costa, orgs. (2008). *Crenças, Religiões e Poderes. Dos Indivíduos às Sociabilidades*. Porto: Afrontamento.

LOPES, Maria Antónia (2002). "Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2, p. 155-184.

MARQUES JUNIOR, Henrique (1925-27). “Algumas achegas para uma bibliografia infantil”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 24, p. 183-203; 25/28, p. 123-132; 29/32, p. 157-224.

MONAGHAN, E. & BARRY, A. (1999). *Writing the Past: Teaching Reading in Colonial America and the United States 1640-1940. The Catalog*. San Diego: International Reading Association.

MOREIRA, Eduardo (1939). *The Significance of Portugal. A survey of evangelical progress*. London: World Dominion Press.

NAHARRO, Vicente (1818). *Descripción de los Juegos de la Infancia. Los más próprios á desenvolver sus facultades físicas y morales y para servir de abecedario gimnástico*. Madrid: Imprenta Que Fue de Fuentenebro.

NÓVOA, António, dir. (1993). *A Imprensa da Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

PELARIGO, M. de Lurdes C. (2009). *Literatura para a Criança na Imprensa Portuguesa do Século XIX*. Lisboa: Apenas Livros.

PENNACCHIONI, I. (1982). *La nostalgie en images. Une sociologie duré cit dessiné*. Paris: Librairiedes Méridiens.

RELVAS, Eunice (2002). *Esmola e Degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*. Lisboa: Livros Horizonte.

RODRIGUES, João Bartolomeu, AZEVEDO, Maria da Conceição & BIANCHI, José João P. de (2010). *A Educação em O Panorama. Uma Antologia de Textos Pedagógicos*. Porto: Afrontamento.

SILVA, António Manuel & AFONSO, José António (2008). “Os Evangélicos – representações de Si e do Outro na literatura protestante”, in: JORGE & MACEDO (2008), p. 235-256.

VIDIGAL, Luís (2005). “O Jardim de Jorge: Imagens e Vivências da Infância Republicana”, in: FERNANDES & VIDIGAL (2005), p. 267-294.

YOCHELSON, Bonnie (2001). *Jacob Riis*. London: Phaidon Press.